



**6, 7 e 8 de Abril de 2006**

**Afinidade e  
Diferença**

**Terceiro Congresso da  
Associação Portuguesa de Antropologia**

*Notas Preliminares para uma Reconstituição dos Contributos da Antropologia ao  
Estudo das Desigualdades Sociais*

Comunicação ao III Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais, 6-8 de Abril de 2006

A comunicação que vou apresentar é sobre o projecto de investigação que estou a desenvolver para doutoramento, provisoriamente intitulado “Mobilidades improváveis e identidades transientes: estilos de vida em fuga da pobreza” e no qual pretendo estudar as identidades da pobreza e mais precisamente os estilos de vida de famílias que tendo origem nestes contextos sociais pertencem a segmentos em processo de mobilidade social ascendente.

Antes de começar a descrever o conteúdo do projecto e para o situar melhor, gostaria de dizer que a área dos estudos da pobreza tem sido, desde há muito, a minha área prioritária de trabalho como investigador. A primeira abordagem ao tema aconteceu com uma investigação sobre os processos migratório e de integração urbana de uma população de origem camponesa que, à imagem de muitas outras,

alimentou o êxodo rural e a génese da moderna pobreza urbana, ocorridos no Portugal dos anos 60 e 70 (Rodrigues, 1991). No relatório final tratei de reconstituir o deslocamento campo-cidade e as trajectórias espacial e social vividas pelos indivíduos e pelas famílias e de analisar os modos de vida desenvolvidos durante esse percurso conturbado, sobretudo no campo residencial e laboral. Em termos explicativos, os modos de vida foram considerados segundo dois eixos. Por um lado, no quadro do sistema urbano-industrial e das condições de existência impostas a estas populações; por outro, do ponto de vista da sua capacidade de gerar recursos e de explorar as redes de relações de base local, como mecanismos de apoio e de sobrevivência. Teoricamente, esta forma de problematizar a questão da pobreza derivava do debate, reaberto por alguns etnógrafos, entre as teses estruturais, dos fundamentos político-económicos da pobreza e uma versão reformada das interpretações culturalistas, orientada para as estratégias adaptativas engendradas pelos próprios actores sociais.

Num segundo momento, a minha atenção concentrou-se numa questão aparentemente mais restrita, a da apropriação do espaço residencial e das formas de interrelacionamento entre moradores de novos bairros de realojamento (Rodrigues, 2003). Se, à primeira vista, este novo objecto poderia corresponder a um fechamento do campo de análise, a verdade é que o interesse pelo modo como ocorreu a transição residencial, pelos usos dados aos espaços privados das habitações e aos espaços de coabitação e, muito em especial, a observação efectuada das novas práticas relacionais, directas ou mediadas pela troca de mensagens, tinha uma outra razão de ser. Tratava-se de verificar a hipótese segundo a qual o realojamento e a requalificação habitacional por este introduzida poderem estar a ser interiorizados pelos actores como uma oportunidade para tentarem alterar o seu estatuto social, uma vez que, pelo menos em teoria, a identidade estigmatizada que os unia colectivamente ao antigo bairro degradado

teria desaparecido com a demolição física das construções. Os processos de apropriação e de comunicação internos ao espaço de residência eram, portanto, tomados menos pela sua substância do que pelo seu significado, seguindo uma perspectiva simbólica das interações sociais.

Esta segunda incursão nos contextos da pobreza alertou-me em definitivo para o relevo que a dimensão territorial tem nos modos de vida dos mais pobres. Antes de mais porque é nos espaços de residência que se sobrepõem a quase totalidade das suas redes sociais. Os vizinhos são simultaneamente parentes, colegas de trabalho, amigos e até conterrâneos, no caso dos migrantes. Os bairros pobres são um exemplo concreto do que Hannerz chama o “encravamento”, um modo de vida urbano caracterizado essencialmente pela densidade de um único sector da rede social dos indivíduos, sector esse que aglutina todos os papéis habitualmente distribuídos por vários sectores ou ramificações da rede. (Hannerz 1983: 316).

Por outro lado, confirmámos que a pobreza urbana em Portugal, à semelhança do que acontece na generalidade dos países desenvolvidos, é um fenómeno altamente concentrado no espaço. Se excluirmos as bolsas de pobreza mais ou menos circunscritas que existem entre as fracções das classes populares residentes no casco antigo das grandes cidades e que hoje estão a ser expulsas pelos processos de gentrificação, os pobres estão maioritariamente confinados às áreas de construção clandestina e de barracas e aos bairros de habitação social<sup>1</sup>. As metodologias seguidas nos programas PER ao longo dos últimos 13 anos<sup>2</sup>, não inverteram a tendência para a dualização do espaço imposta pelas regulações do

---

<sup>1</sup> Estes últimos começaram a ser designados nalguns meios técnicos e entre as próprias populações, de forma sintética, por “os bairros”, tal como nos EUA lhes chamam *the projects* ou *los barrios*.

<sup>2</sup>O Plano Especial de Realojamento nas AM de Lisboa e Porto foi promulgado em Maio de 1993 (dec. Lei 163/1993) pelo então Ministro da Obras Públicas Eng<sup>o</sup> Ferreira do Amaral, com o propósito de dotar as autarquias com meios financeiros para eliminar os bairros de construção abarracada existentes no país. A meta política apontava para que o problema estivesse resolvido até ao ano 2000, mas seis anos depois da data fixada calcula-se que existam ainda perto de 80.000 pessoas à espera de realojamento (dados do Instituto Nacional de Habitação).

mercado, nem conseguiram evitar a segregação de muitos dos novos bairros. Outro tipo de efeitos seria até inesperado, em programas em que a expressão “erradicar as barracas” surgia como a bandeira que no jargão político e técnico assinalava o grande objectivo a alcançar: a eliminação definitiva das evidências territoriais da miséria de uma parte da população portuguesa.

Para as famílias e as pessoas abrangidas pelos programas de realojamento, a passagem do bairro de barracas ao bairro social é vivida com a esperança e expectativa dos grandes momentos, mas, na prática, as mudanças nas condições de vida reais e nos constrangimentos por elas impostos são mínimas. Mudam comprovadamente a qualidade habitacional e, através da habitação, os laços com o Estado; mudam sob muitos aspectos as éticas residenciais e as práticas habitacionais, mas a dificuldade no acesso a outro tipo de recursos e de oportunidades fora do quadro residencial permanecem inalterados. Do ponto de vista do combate à exclusão, em quase todas as suas dimensões mas particularmente nos aspectos simbólicos, a intervenção dos programas de realojamento muitas vezes acaba por ser absolutamente infrutífera. Sempre que nos novos *habitats* surgem problemas comuns nestes processos, como os primeiros sinais de degradação das construções e dos espaços públicos ou quando algum tipo de comportamento desviante mais persistente e visível se instala, é bastante provável que os ganhos de imagem proporcionados pelo realojamento comecem a estar em causa e se reabra o caminho aos antigos estigmas e às manifestações externas de segregação. Assim acontece em muitos casos, até porque todos os lugares onde se aloja a pobreza estão particularmente expostos aos julgamentos e às definições negativas que, em certas condições podem ocorrer, muitas vezes a partir das interferências dos poderes públicos e dos *media*. Geralmente, a intervenção destes agentes cria em torno dos bairros uma hipervisibilidade quase sempre penalizante, posto que se centra exclusivamente em atributos negativos dos

espaços e das populações e gera em relação a eles sentimentos de desdém ou de medo.

O poder que estas hetero-representações têm na definição social da pobreza e o modo como elas condicionam a identidade da maioria das populações pobres, impõe desde logo que, também por razões de tipicidade, o conjunto de famílias seleccionadas para o nosso estudo provenha destes bairros estigmatizados, nos quais, através de processos metonímicos, a reputação negativa associada às características e aos comportamentos de alguns elementos ou grupos minoritários, acaba por contagiar o conjunto do espaço e os seus moradores. Estudar as formas de demarcação identitária dos segmentos em mobilidade no interior dos contextos da pobreza, implica desde logo analisar a constituição das reputações dos espaços por eles habitados, os acontecimentos, os canais e a forma como são lançadas essas reputações, antes de, finalmente, nos podermos debruçar sobre a influência que as identidades negativas dos bairros têm nas representações do conjunto dos moradores pobres acerca do seu espaço residencial e de si próprios.

Não são muitos os autores que, no quadro geral dos estudos da pobreza urbana e da exclusão social, se dispõem a procurar, nos guetos e nos comportamentos dos pobres, mais do que conjuntos de características ou factores comuns que os unificam sob uma mesma matriz. O trabalho de Hannerz (1982), na Antropologia e Castells (1991), na Sociologia, são dois casos em que é questionada a homogeneidade geral dos contextos da pobreza<sup>3</sup>. Hannerz fá-lo a propósito dos guetos negros norte-americanos onde, segundo ele, lado a lado com os estilos de vida ligados à rua e à pequena delinquência, podem ser encontrados outros, mais privatizados e orientados por valores e aspirações idênticos aos da classe média. Castells, por seu lado, põe em causa as categorizações de marginalidade aplicadas aos contextos urbanos da América Latina, chamando a atenção para o facto das

---

<sup>3</sup> Outros autores, sobretudo franceses, fazem a mesma constatação e trabalham com base nessa leitura: a equipa de Althabe (1984; 1985) e Paugam (1991) são mais dois exemplos.

supostas populações marginais serem maioritariamente constituídas por trabalhadores manuais da indústria e da construção. Para ele, esta definição de marginalidade é puramente ideológica e esconde uma realidade bem diversa, a de uma população muito variada do ponto de vista das ocupações e condições sociais, ao ponto da heterogeneidade ser a característica mais marcante do conjunto.

Estas observações sobre a diversidade de situações sociais, culturais e mesmo económicas que podem ser encontradas nos bairros onde predominam populações pobres, coincidem com os dados que recolhi pessoalmente em investigações levados a cabo em bairros de habitação social da cidade de Lisboa. Num desses estudos, foi inclusive possível utilizar indicadores sobre a profissão, a escolaridade e o nível de rendimento e, com base neles, distribuir e agrupar os agregados familiares segundo as suas condições de vida objectivas<sup>4</sup>. Obtive deste modo uma tipologia que distinguia três categorias sociais. A categoria que reunia a maioria da população correspondia aos agregados de operários e empregados com baixas qualificações escolares e profissionais e aos reformados com pensões mínimas. Os níveis de rendimento dentro deste estrato eram variáveis, mas fracos e muitas vezes, sobretudo nas famílias com mais dependentes, situados abaixo do nível de pobreza. A precariedade caracterizava a maior parte das situações profissionais, mas coexistia com algumas situações de trabalho estável e regular. Tirando períodos de maior dificuldade na angariação de recursos a que ciclicamente muitos estavam sujeitos, estes agregados eram basicamente autosuficientes e a suas estratégias de vida estavam orientadas para a subsistência no presente.

---

<sup>4</sup> Só nesta altura, confrontado com a informação estatística, me dei conta da verdadeira heterogeneidade das condições dos residentes e de como era errado pressumir que um bairro de realojamento era reservado exclusivamente a pessoas em situação comprovada de pobreza económica. Embora a regra seja albergarem pobres, os bairros construídos com finalidades sociais depois do 25 de Abril de 1974 destinam-se prioritariamente a resolver as carências mais extremas de habitação. Assim, um morador de uma casa abarracada com um rendimento acima do limiar de pobreza não perde o direito a ser realojado em caso de demolição, podendo no entanto ver-se obrigado a pagar um arrendamento mais próximo do valor de mercado (a chamada “renda técnica”, segundo o dec. lei 166/93 que criou o “regime de renda apoiada” e alterou o cálculo de rendas no parque social de habitação).

Situação bem diversa era a das famílias de empregados e operários com alguma escolaridade e qualificação profissional, por vezes detentores de cargos técnicos ou de supervisão, a que se juntavam alguns trabalhadores por conta própria, em geral ligados a actividades de tipo comercial e aos ofícios. As suas estratégias de vida estavam orientadas para a acumulação económica e para a aquisição de capital escolar através dos descendentes.

Numa posição diametralmente oposta, a terceira categoria integrava os moradores mais excluídos, quase sempre a viverem em situações de miséria ou de grande carência. A maioria eram desempregados de longa duração que dependiam da assistência ou recorriam a trabalhos ocasionais, pequenos expedientes ou a actividades ilegais, de forma a garantirem a sobrevivência. As suas famílias eram das mais numerosas e apresentavam por vezes fortes *handicaps* físicos e mentais. Não se descortivam projectos de vida que fossem além das estratégias para tentar resolver problemas mais imediatos.

Não fomos os primeiros a pensar que a compreensão das questões ligadas à pobreza no nosso país exigia, como o estudo de qualquer outra categoria social, uma consciência da diversidade de condições materiais, de referências culturais e de trajectórias associadas a esta posição estrutural. A nossa tentativa de categorização inspirou-se na primeira tipologia construída em Portugal com a intenção de representar os modos de vida dos pobres (Ferreira de Almeida *et al.* 1992). Nesse modelo cruzavam-se uma série de variáveis, desde as situações laborais às representações da sociedade e da posição social ocupada e obtinham-se sete modos de vida típicos, a que eram dadas as designações de “destituição”, “restrição”, “poupança”, “convivialidade”, “dupla referência”, “investimento na mobilidade” e “transitoriedade”<sup>5</sup>. A construção deste modelo, e as indicações nele

---

<sup>5</sup> Uma actualização do modelo com alguns ajustamentos pode ser encontrada em Capucha (1998).

contidas representam um passo crucial para quem procura olhar a pobreza enquanto realidade multiforme e, sobretudo, para que cada situação, cada contexto espacial e relacional, possam ser analisados também como totalidades compostas por grupos específicos e aspectos singulares.

Segundo a nossa experiência anterior, as famílias em mobilidade que nos propomos estudar estão incluídas sobretudo na categoria “investimento na mobilidade”, mas alguns dos percursos referenciados podiam ser colocados na categoria “dupla referência” e em formas classificáveis de “transitoriedade”. Olhando mais uma vez para o nosso conhecimento do terreno, é possível estimar o total de famílias em mobilidade entre os 5 e os 15 % da população residente nos bairros. No entanto, se existirem algumas fontes disponíveis ou se for possível reunir condições para o lançamento de um inquérito, seria interessante para este projecto, antes de nos centrarmos no estudo dos modos de vida das famílias, das suas trajectórias e projectos, ficar a conhecer a verdadeira relevância demográfica deste tipo de agregados nos contextos urbanos onde predomina a pobreza.

Esta proposta de investigação, recordo-o, toma por objecto os indivíduos e as famílias oriundos da pobreza que, permanecendo a residir em bairros pobres ou tendo-se já deslocado para outras áreas, se encontrem em processo de mobilidade social ascendente. O problema da mobilidade em si, das condições extraordinárias em que ocorre nestes contextos e das disposições interiorizadas que a favorecem, fazem parte das dimensões de análise do projecto, mas não o caracterizam naquilo que são os objectivos fundamentais. Aquilo de que nos vamos ocupar é, em primeiro lugar, das construções identitárias que estes trânsfugas elaboram e com as quais pretendem representar o seu lugar no mundo e nas hierarquias sociais.

A utilização de um conceito multifacetado como o de identidade justifica um breve parêntesis para explicitar os sentidos em que estamos a pensar aplicá-lo na análise

da mobilidade a partir de situações de pobreza.<sup>6</sup> Na abordagem deste tema a opção mais correcta parece-me ser por uma concepção relacional e situacional da identidade, o que equivale a que em termos operatórios se troque de termo e passemos a referir-nos mais especificamente a processos de “identificação” (Hall, 1994). Enquanto a semântica do termo identidade realça as dimensões atributivas do fenómeno, ligando cada comunidade a características definidas de um modo tendencialmente rígido e invariável, o termo identificação, sobretudo no sentido que lhe é conferido nas abordagens discursivas, destaca os aspectos processuais e faz da identidade uma construção social que nunca está verdadeiramente acabada nem completa, que é por natureza contingencial e susceptível de ser a todo o instante questionada e abandonada. A identificação não se constrói sobre dados e factos inquestionáveis, aliás largamente secundários e de certo modo dispensáveis. A identificação pertence à ordem das representações e da atribuição de sentido, sem no entanto ser ilusória e fruto da pura subjectividade, já que decorre no interior de quadros sociais e de condições de existência objectivas que se impõem ao trabalho de interpretação e à percepção de interesses por parte dos actores. O que a utilização do conceito de identificação torna mais claro é que a identidade não existe em si mesma, independentemente das estratégias dos actores. Recorrendo à linguagem de Bourdieu, o conjunto das formas de comunicação e de apresentação identitárias realizam-se no âmbito de “paradas de lutas sociais” em que o objectivo é a definição de posições legítimas num “sistema de classificação” que fixa os lugares ocupados por indivíduos e grupos (Bourdieu, 1989). Neste sentido, as estratégias identitárias ou de identificação são meios ou instrumentos que surgem visando

---

<sup>6</sup> Dispensamo-nos por agora de entrar na discussão teórica entre paradigmas e disciplinas que as múltiplas e por vezes divergentes apropriações do conceito têm gerado dentro das ciências sociais e humanas. As mais recentes evoluções do conceito mostram bem a sua irredutibilidade, talvez porque hoje como há 20 anos atrás, “ l’identité est une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu’il ait jamais d’existence réelle” (Strauss 1977: 332).

atingir determinados objectivos posicionais, sem que haja necessariamente em cada momento da acção estratégica uma consciência plena e realizada do que está em jogo.

Um outro conceito potenciamente valioso que nos interessará ensaiar na observação das práticas sociais das famílias pobres em mobilidade é o de “passagem cultural”<sup>7</sup>. Este conceito foi elaborado nos estudos culturais pós-estruturalistas e corresponde a uma rearticulação do conceito de “adaptação cultural”, tal como foi usado, por exemplo, em investigações sobre migrantes interculturais. Nas suas novas aplicações, já sob a forma de “passagem cultural”, o conceito reaparece na área dos estudos femininos, servindo para examinar as práticas ligadas à mudança de posição de classe, nos discursos de mulheres que com origem nas classes trabalhadoras que passaram a integrar as classes médias intelectualizadas (Moon, 2001). O que se propõe nestes estudos é que as práticas discursivas dedicadas à vida quotidiana e aos acontecimentos vulgares, sejam analisados do ponto de vista das representações e da adaptação à passagem entre duas posições distintas do sistema de classes. As classes sociais são consideradas como identidades culturais, vinculadas por pertenças a grupos, por interesses e gostos, por hábitos de apresentação e regras de expressão, por padrões de consumo e estilos de vida. À semelhança do que acontece nessa linha de trabalho, a exploração que pretendemos empreender da comunicação de classe ao nível das narrativas pessoais, pretende igualmente reconstituir a forma como é sentida e vivida a passagem entre um estatuto e uma posição social de pobreza e uma nova condição, mais próxima das classes médias e nalguns casos não plenamente realizada nem acompanhada por uma requalificação reconhecida das identidades sociais dos indivíduos. Outras figuras teóricas da identidade cultural poderão ajustar-

---

<sup>7</sup> Mais uma vez, não temos tradução portuguesa para o conceito. No original inglês escreve-se “passing practices”.

se igualmente bem à situação em que se encontram as nossas famílias e à sua identidade em trânsito entre identidades divergentes. Referimo-nos às figuras da hibridade e em particular à que marca a noção de fronteira ou de liminaridade (Grossberg, 1996), própria de quem não ocupa um lugar ou posição definida e só pode ser caracterizado pela transitoriedade, pela incerteza e pela multiplicidade de referências.

Há hoje em dia um movimento de reconversão nos estudos sobre as classes orientado pela ideia de que é preciso dar mais relevo aos processos culturais e à formação de identidades, aos estilos de vida, ao gosto e proceder ao exame directo do modo como as classes são vividas. O que esta nova geração de estudos propõe é um novo modelo analítico em que o *focus* são os processos culturais e o modo como estes estão implicados em tipos específicos de práticas sociais. A relação entre classes e culturas reaparece numa perspectiva claramente inspirada por Bourdieu, passando a ser estabelecida pelo envolvimento de determinadas práticas culturais na reprodução das hierarquias. As culturas de classe já não designam tipos de colectividade com comportamentos próprios, mas modos de diferenciação, em que as classes operam através de distinções individualizadas e comparações relacionais com membros de outras classes. O que é designado como identidade de classe é um certo sentido das distâncias sociais dentro das hierarquias, que recorre às diferenças culturais para se exprimir.

Todas as actividades quotidianas, na medida em que envolvem gostos e preferências culturais, desempenham um papel na reprodução das hierarquias. Todavia, as várias abordagens comprometidas com esta corrente privilegiam a análise das distâncias sociais através dos padrões de associação. Para investigarem a distância e a proximidade sociais utilizam uma série de laços entre próximos, nomeadamente, as redes de amizade e de vizinhança, os padrões de escolha matrimonial, as ligações aos grupos de parentesco, consanguíneos e por

afinidade. O que as análises realizadas com as diferentes formas de relação social têm revelado é a existência de padrões de associação diferenciados segundo os grupos de desigualdade. Ou seja, o que se procura assegurar através das práticas associativas com sujeitos de determinado nível social ou económico, do mesmo modo que ao escolher práticas culturais que simbolizam uma determinada posição, é a possibilidade de manter ou conquistar uma posição e as vantagens no acesso a recursos que lhe estão associadas. Assim analisada, a reprodução é o resultado de acções individuais muito simples, como a escolha de amigos, os padrões de casamento, ou mais genericamente os gostos ou as preferências culturais. Nas situações em que a mobilidade ocorre, à escala intra ou intergeracional, através do casamento, do trabalho ou da residência, os laços sociais estabelecidos alteram-se e revelam-se as fronteiras e o fechamento da estrutura de desigualdades.

Muito embora possam ter sido antropólogos os primeiros a reconhecer que as diferenças culturais tinham uma participação importante na definição das desigualdades de classe<sup>8</sup>, a presença da disciplina nos estudos das desigualdades diminuiu drasticamente nas últimas décadas. Um dos poucos autores que tem trabalhado com alguma projecção nesta área é Charles Tilly (2001) e, curiosamente, embora o seu modelo explicativo pretenda constituir uma teoria geral das desigualdades, apresenta algumas semelhanças com os aspectos mais conceptuais das propostas dos sociólogos que acabei de descrever ( Bottero: 2003, 2004; Crompton: 1998; Savage: 2001; Southerton: 2002). Trata-se sobretudo de considerar que se as desigualdades são criadas e podem ser alteradas pela acção de vários tipos de mecanismos sociais (cognitivos, ambientais) elas dependem em primeiro lugar de mecanismos relacionais e são uma consequência da dinâmica das relações interpessoais e das transacções entre diferentes posições sociais. Concretizando um pouco melhor, as desigualdades emergem de interacções sociais

---

<sup>8</sup> Warner, *Yankee City*, anos 30.

assimétricas em que as vantagens vão maioritariamente para uma das partes e são reforçadas pela construção de categorias que justificam e sustentam as assimetrias distributivas.

A singularidade das situações sociais que escolhi abordar neste projecto ganham em ser perspectivadas à luz destes desenvolvimentos recentes da teoria das classes. De certo modo, o que me leva a querer observar e analisar a viagem interclassista e as passagens culturais destas famílias em fuga da pobreza, não é apenas seguir esta perspectiva de movimentos excepcionais que ascendem a partir dos extremos mais desfavorecidos da pirâmide social, furando algumas fronteiras consideradas intransponíveis. É também poder esclarecer até que ponto as práticas e as representações, as categorias e as classificações elaboradas pelos nossos protagonistas, não derivam das mesmas lógicas sociais que estão presentes noutros pontos remotos da estrutura de desigualdades e sobre as quais assentam as relações sociais contemporâneas.

JOSÉ CAVALEIRO RODRIGUES

